

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.383.654 - SE (2018/0277030-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : PLÍNIO REBOUÇAS DE MOURA - SE000498A  
ANDRE DUARTE DE MELO E OUTRO(S) - SE000522B  
**AGRAVADO** : MARIA LUCIENE DE JESUS SANTOS  
**ADVOGADO** : KÁTIA LÚCIA CUNHA SIQUEIRA - SE002422

**EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 489 E 1.022 DO CPC. NÃO CONFIGURAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO RELEVANTE AO JULGAMENTO DO FEITO. RAZÕES RECURSAIS QUE NÃO IMPUGNAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. IMPRESCINDIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.*

**DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça de Sergipe que inadmitiu seu recurso especial.

É o relatório.

Passo a decidir.

As razões apresentadas no agravo são suficientes para que se analise o recurso especial, motivo pelo qual passo a fazê-lo.

Nas razões deste apelo, o recorrente alega violação dos artigos 373, § 1º, 489, § 1º, incisos III e IV, 1.022, inciso II e parágrafo único, e 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil.

Assevera ser "*clarividente a recalcitrância do TJSE em se manifestar sobre o ponto essencial da lide*". Afirma que apesar da oposição de embargos declaratórios, o Tribunal de origem "*não se manifestou sobre os dispositivos legais tido por violados*".

Sustenta que a "*inversão do onus probandi, depois já concluída a fase instrutória, sem dar chance à parte Recorrente de produzir novas provas, é procedimento que se configura em flagrante violação ao art. 373, § 1º, do CPC/2015*". Destaca que seu prejuízo seria "*EVIDENTE, POIS O BANCO FOI SUCUMBENTE, MESMO DIANTE DA EXISTÊNCIA DE PROVA PERICIAL DEMONSTRANDO A ASSINATURA DA RECORRIDA NO TÍTULO DE CRÉDITO*". Entende que "*se havia um laudo pericial afirmando que a assinatura do título, como AVALISTA, era da Recorrida, e se ônus da prova da falsidade da assinatura era dela, não havia razão para o Banco produzir outras provas, até ser surpreendido com a inversão ocorrida na sentença*".

Destaca que "*houve uma indevida inversão do ônus da prova no momento da sentença, surpreendendo o Banco Recorrente, diante da declaração de inexistência de relação jurídica e a condenação por danos morais diante da negatificação supostamente indevida da Recorrida*". Afirma que "*poderia ter produzido mais provas, se fosse cientificado, ainda na fase instrutória, de que seria invertido o onus probandi, e que seriam necessários mais documentos esclarecedores da relação jurídica, em que pese a perícia grafotécnica favorável à sua tese*".

Assevera que a "*multa é devida apenas quando é MANIFESTO o intuito protelatório dos Aclaratórios, conforme dicção expressa do art. 1.026, § 2º, do CPC/15, o que não ocorreu na hipótese em comento*".

Este recurso, todavia, não comporta provimento na parte em que pode ser conhecido.

No que tange aos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil, é pacífico o entendimento desta Corte quanto à desnecessidade de que o Tribunal, ao proferir sua decisão, aprecie expressamente todas as questões suscitadas pelas partes, bastando que no acórdão constem os fundamentos utilizados para se chegar à conclusão exteriorizada e esta apresente uma solução à questão jurídica que lhe foi submetida pelas partes. Em outras palavras, cabe ao magistrado resolver a lide que lhe é posta, não estando

submetido aos argumentos indicados pelo réu ou pelo autor, valendo o brocardo "*da mihi factum dabo tibi ius*".

Destarte, a violação dos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil não se caracteriza com o fato do Tribunal não ter se manifestado sobre este ou aquele ponto, não tenha indicado expressamente o dispositivo legal em que esteja fundamentado (importante lembrar que não se exige o prequestionamento exposto da matéria recursal para a admissão do recurso especial, sendo imprescindível apenas que os temas pertinentes aos artigos legais tenham sido apreciados, o chamado prequestionamento implícito), mas sim quando demonstrada a existência de omissão relevante à solução do caso.

Na espécie, da leitura das razões recursais, a única omissão efetivamente apontada pelo recorrente diz respeito à prova pericial produzida, argumentando que a "*embargada firmou dois instrumentos de crédito com o BNB, cujos documentos foram acostados aos autos com a contestação, e foram periciados com laudo positivo para assinatura dela, cuja numeração assim dispõem: Nota de Crédito nº15.2010.3122.3339 e aditivo, Escritura Particular - operação de crédito nº1B000209701001*".

Sem qualquer razão contudo.

Em sua petição inicial a recorrida alegou que "*fora surpreendida com a informação de que seu nome consta nos dados do Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, desde 18.04.2012, em razão de uma suposta dívida na importância de R\$. 13.460,97 (treze mil e quatrocentos e sessenta reais e noventa e sete centavos), contrato nº 1B000209701001, com vencimento em 26.02.2012*" (e-STJ fls. 02). Compulsando os autos, se observa que a recorrida tinha três registros de inadimplência em 17/10/2012, nos valores de R\$ 1.521,89, com vencimento em 26.08.2012, R\$ 1.486,44, com vencimento em 26.02.2012, e R\$ 13.460,97, com vencimento em 26.08.2012, pertinentes, respectivamente, aos contratos 1B000191601001, 1A900123401002 e 1B000209701001, mas, como consignado anteriormente, questionava apenas a dívida pertinente ao último contrato.

O Tribunal de origem, ao apreciar a apelação interposta pelo recorrente, manteve a sentença recorrida, considerando que a recorrida não teria trazido aos autos qualquer documento apto a lastrear o débito questionado pela recorrida. Transcrevo o trecho pertinente da fundamentação do acórdão recorrido:

*"Compulsando os presentes autos, nota-se que o Demandado realmente inseriu o nome da Autora nos cadastros de proteção ao crédito, pautado na existência de débito que não fora adimplido e alusivo ao contrato de nº 1B000209701001. Porém, o que restou demonstrado, é que a Autora não formalizou qualquer transação junto ao Requerido que pudesse vir a motivar a inserção do nome do mesmo no cadastro de maus pagadores, conforme se constata através da certidão do SPC, alojada às fls. 11.*

*A constatação supra é corroborada pelo fato de que o Demandado não adunou aos autos Contrato firmado com a Autora, sendo necessário consignar, quanto a tal ponto, que os instrumentos juntados às fls. 111/136, possuem os números 15.2010.3122.3339 e 00411962523-B e, portanto, ambos são diversos do discutido nos autos." (e-STJ fls. 316)*

Como se pode observar, era absolutamente prescindível que o Tribunal de origem se manifestasse sobre o parecer da perícia grafotécnica, tendo em vista que os documentos apreciados não diriam respeito ao débito questionado pela recorrida.

Note-se que a relevância da alegada nulidade de procedimento e do cerceamento de defesa tem como pressuposto a demonstração de que do fato da inversão do ônus probatório ter ocorrido no momento em que proferida a sentença teria decorrido prejuízo à sua defesa, em outras palavras, que em virtude disto lhe foi negada a oportunidade de produzir prova apta a alterar o quanto decidido.

Nada obstante, do trecho transcrito dos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO nº 201800704410 resta claro que a tese defendida era no sentido de que a perícia grafotécnica bastaria para comprovar a legalidade da inscrição contestada, sendo desnecessária a produção de qualquer outra prova.

Transcrevo o trecho pertinente:

*"É clarividente a omissão no Acórdão recorrido na medida em que, além de não ter analisado nem se pronunciado sobre a perícia grafotécnica constante dos autos e objeto central da apelação, foi conclusivo no sentido de que não há nos autos qualquer comprovação de que existe uma relação contratual entre as partes.*

*Ademais, destaca-se que a embargada firmou dois instrumentos de crédito com o BNB, cujos documentos foram acostados aos autos com a contestação, e foram periciados com laudo positivo para assinatura dela, cuja numeração assim dispõem: Nota de Crédito nº15.2010.3122.3339 e aditivo, Escritura Particular-operação de crédito nº1B000209701001.*

*Não há como não considerar o laudo pericial, que concluiu pela assinatura da devedora nos instrumentos de crédito destacados, na aferição de existência de contratação entre as partes a ensejar a existência de débito a autorizar a inscrição nos órgãos restritivos de crédito.*

*Ou seja, a omissão é clara e deve ser sanada, a fim de observando o laudo pericial as fls. 162-174, reconhecer a existência do débito da embargada junto ao BNB, a autorizar a inscrição do seu nome nos órgãos protetivos do crédito e consequentemente excluir qualquer condenação do embargante em danos morais."*

Assim, resta claro que a fundamentação apresentada pelo Tribunal de origem era suficiente para negar provimento à apelação interposta pelo recorrente, pois a tese apresentada pelo recorrente simplesmente não infirma a premissa de que a documentação apresentada não lastrearia a inscrição questionada.

Cumprе enfatizar que havia três inscrições no documento juntado pela recorrida, o recorrente, todavia, afirma que *"a embargada firmou dois instrumentos de crédito com o BNB"*, o que apenas confirma a ausência de lastro à dívida apontada.

Observe-se que o recorrente trouxe aos autos três documentos, uma nota de crédito rural (e-STJ fls. 111/118), um aditivo de re-ratificação (e-STJ fls.

119/121) e um contrato particular de composição e assunção de dívidas (e-STJ fls. 122/136), os quais aparentemente deve considerar relevantes ao julgamento do feito, mas apenas dois destes estão assinados pela recorrida.

Cabe ainda enfatizar que a nota de crédito juntada às e-STJ fls. 111/118 não faz qualquer referência à operação 1B000209701001, informação que também não consta na prova pericial produzida, apenas evidenciando a impertinência da alegada omissão ao julgamento do feito.

Destarte, patente que não havia qualquer omissão a ser sanada pelo Tribunal de origem.

Quanto à alegada violação do artigo 373 do Código de Processo Civil, o recurso não comporta conhecimento. A teor da Súmula 283/STF, “*é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles*”. Trata-se de entendimento positivado com a promulgação do Código de Processo Civil de 2015, que em seu artigo 932, inciso III, dispõe que incumbe ao relator “*não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida*”.

No caso, como apontado pelo próprio recorrente, o Tribunal de origem considerou que “*o simples fato do Julgador a quo inverter o ônus da prova na sentença prolatada, não enseja qualquer prejuízo para as partes*”, tendo em vista que “*de forma ampla e irrestrita, foram produzidas todas as provas produzidas pelas partes, e, apesar do Julgador a quo, ter oportunizado a eles requererem a produção de outras, o Demandado não as requereu, vindo, ainda, como já dito, a pugnar pelo Julgamento do feito no estado em que se encontrava, não havendo, portanto, qualquer indício de que sofreu qualquer dano pelo simples fato da inversão do ônus da prova ter ocorrido na sentença*”.

Nada obstante, como dito, o recorrente não ataca a este fundamento da decisão agravada, não demonstrando qual teria sido o prejuízo efetivamente

causado a sua defesa, tendo em vista que defende apenas que a perícia grafotécnica bastaria para comprovar a legalidade da inscrição contestada, sendo desnecessária a produção de qualquer outra prova, ou seja, reconhece a desnecessidade de dilação probatória.

Observe-se que causa estranheza a assertiva de que "*poderia ter juntado mais documentos para esclarecer ainda mais a questão fática*", porque tal documentação já poderia ter sido apresentada quando da interposição da apelação. Ademais, há de se notar que não há a efetiva indicação de qual seria esta documentação e de quais seriam os motivos pelos quais tal documentação não foi apresentada anteriormente.

Enfatize-se que a discussão reside na necessidade de dilação probatória, tendo em vista que o Tribunal de origem considerou que da inversão probatória na sentença não decorreu qualquer prejuízo à defesa das partes, mas o recorrente não apresenta qualquer argumento apto a demonstrar isto, razão pela qual não há que se conhecer do recurso quanto ao ponto.

No que tange à alegada violação do artigo 1.026, o conhecimento do recurso encontra óbice na Súmula 7/STJ.

Aplica-se este enunciado aos casos em que a análise da pretensão recursal demande o revolvimento do quadro fático-probatório dos autos. Destarte, a fundamentação recursal deve adotar como premissa as conclusões a que o Tribunal de origem tenha chegado com a análise das provas e fatos constantes nos autos para que o recurso possa ser conhecido.

Ao partir de conclusão diversa da esposada pelo Tribunal de origem para fundamentar a alegação de violação à legislação federal ou de dissídio jurisprudencial, para que se possa verificá-las, o recorrente torna imprescindível o reexame da matéria fática para que se possa averiguar a veracidade da premissa, atribuindo a este Tribunal papel que não lhe cabe.

A discussão sobre prova somente tem sido admitida nos casos em que se pretenda atribuir qualificação jurídica diversa aos fatos narrados no acórdão e sobre os quais não há controvérsia. Assim, no segundo caso é necessário que o

recorrente demonstre que há ponto incontroverso desconsiderado no acórdão. No primeiro caso, é necessário que seja indicada uma qualificação jurídica que deva ser atribuída a fato ou prova específico, demonstrando-se o equívoco do Tribunal de origem ao atribuir qualificação jurídica diversa ao mesmo fato ou prova.

Note-se que se os embargos foram ou não opostos com "*MANIFESTO o intuito protelatório*" é uma questão fática não jurídica. Para que se pudesse afastar a multa aplicada pelo Tribunal de origem, seria imprescindível desconstituir tal premissa fática, tendo o Tribunal de origem considerado que o recorrente apenas "*reproduziu as mesmas razões já decididas em Embargos de Declaração pretéritos*", o que demandaria o revolvimento do acervo fático.

O mesmo pode ser dito quanto à alegação de que "*o principal intuito dos Aclaratórios, para além do saneamento da evidente omissão e do erro material, era o PREQUESTIONAMENTO de questões fáticas que não podem mais ser apreciadas nas instâncias extraordinárias*", pois o intuito com que foram opostos os embargos declaratórios é uma questão fática, não jurídica.

**Ante o exposto, conheço do agravo para, desde logo, NEGAR PROVIMENTO ao recurso especial na parte conhecida.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**